

As tarefas do momento histórico



Por **BRUNO MACHADO***

As ilusões da esquerda com a CPI da covid-19

Com a instauração da Comissão de Inquérito Parlamentar que investiga a atuação do governo federal quanto ao combate a covid-19, tem-se gerado muitas ilusões na esquerda brasileira. Alguns creem que o governo poderá ser responsabilizado criminalmente ainda durante o mandato de Bolsonaro, o que o derrubaria do poder. Como se a própria institucionalidade agisse de forma autônoma e pudesse alterar a correlação de poder existente no Brasil.

O que elegeu e mantém Bolsonaro no governo é o apoio das Forças Armadas, da Faria Lima e do Agronegócio. Como não se pode esperar que as Forças Armadas abandonem o governo, pois preenchem muitos cargos dentro dele. E muito menos deve-se esperar uma ação pela derrubada de Jair Bolsonaro da Faria Lima (já que a Bolsa está em alta) e do Agronegócio (já que o câmbio está desvalorizado e as exportações bombando). Somente a população ocupando as ruas (em quantidades expressivas de pelo menos 1% dos trabalhadores como foi no impeachment de Dilma) em manifestações, desobediência civil ou greves gerais poderia desestabilizar o que mantém Bolsonaro no poder hoje e forçar o Congresso a instaurar um processo de impeachment e impedir Jair de concorrer em 2022.

Após sair do governo e não ser mais um candidato da elite, Bolsonaro poderá sim ser responsabilizado e aí está a importância da CPI. Além de incriminar um ou outro pequeno ocupante de cargo no governo, a CPI pode sim vir a punir ministros e o próprio presidente, mas somente quando ele estiver fora do poder, fora das campanhas e, por isso, inútil às Forças Armadas, à Faria Lima e ao Agronegócio.

Vamos com calma com a empolgação com a CPI, ela serve para deteriorar a imagem de Bolsonaro para 2022 e poderá punir ele e alguns de seus ministros e secretários daqui a alguns anos, mas não será um procedimento burocrático que mudará o tabuleiro de poderes na sociedade brasileira em 2021 ou 2022.

Precisamos explicar como o liberalismo causou a fuga de cérebros que disparou 40%

Em recente matéria publicada na mídia brasileira, ficamos sabemos que a fuga de cérebros aumentou 40% no país durante o governo Bolsonaro. Com a louvável ampliação das vagas em universidades públicas aliada às políticas de cotas sociais e raciais, o número de brasileiros com ensino superior cresceu. Entretanto, com excessão dos profissionais da área da saúde, que ainda encontram demanda para seus serviços, e os do Direito, que tem poucas alternativas em outros países com outras constituições, os brasileiros com maior grau de formação acadêmica, com diplomas de mestrado e doutorado, se vêem obrigados a buscar oportunidades em outros países.

Acontece que, com a desindustrialização do Brasil, que acompanha a redução da complexidade econômica da produção do país, profissionais com altos graus de formação não têm onde trabalhar em um país que se sustenta com agropecuária, mineração e serviços de baixa sofisticação, grosso modo. A fuga de cérebros é um sintoma de um país que está em uma rota contrária à rota do desenvolvimento econômico, que significa elevar o grau de sofisticação, complexidade e, portanto, conhecimento técnico agregado a seus produtos, o que demanda o trabalho desses mesmos brasileiros que se viram obrigados a abandonar o seu país para buscar uma dignidade material e uma satisfação profissional depois de tantos anos

de estudo.

Nada disso ocorre por acaso. A ideologia liberal que nega ao Estado seu papel de planejador do desenvolvimento e rejeita políticas públicas como compras governamentais, centros de engenharia reversa, subsídios a novos setores tecnológicos, entre outros, é a mãe da fuga de cérebros, desse desperdício de conhecimento científico que toda a sociedade brasileira custeou via impostos e a responsável por iludir tantos brasileiros que pensaram que com uma boa formação acadêmica e um conhecimento técnico aprofundado em temas de importância nas cadeias globais de produção teriam acesso a um mercado de trabalho com boa remuneração. É hora de apontarmos o dedo para os responsáveis por tais propagandas ideológicas do liberalismo no Brasil e derrotá-los no debate público e nas urnas em 2022.

Precisamos mostrar ao pequeno empresário que ele deveria estar lutando contra as privatizações

O pequeno e médio empreendedor no Brasil, que depende de seu desempenho frente à concorrência para manter a solvência de seu negócio deveria estar mais atento às consequências de uma privatização da Eletrobrás e dos Correios.

Não apenas por conta da pandemia, mas também por uma tendência já demonstrada no passado recente, a tendência do consumidor é comprar cada vez mais pela internet e receber suas encomendas em casa. Por isso, o custo de envio é fundamental para quem está inserido no mercado empresarial.

Além disso, todo empresário sabe que, colocando na ponta do lápis, o custo de energia elétrica é um custo que representa uma fatia grande dos gastos de manutenção e produção de uma empresa.

Com a privatização dos Correios, além de um provável aumento no custo de envio, que desestimula o consumidor a gastar, serão mais frequentes fechamentos de pacotes fixos de envios por grandes empresas com as transportadoras, afastando a possibilidade da pequena e média empresa competir com as grandes empresas oligopolistas. Não só isso, compras de pacotes de Kwh em grande quantidade também serão capazes de baratear a energia de grandes empresas, o que concentrará ainda com o mercado empresarial no Brasil

Por pior que sejam as burocracias para abrir e manter um negócio, e por mais complicados que sejam os impostos sobre empresas, eles são aplicados tanto a sua pequena e média empresa quanto a do seu concorrente. Reclamar da burocracia para justificar um mau desempenho nos negócios não faz sentido se seu concorrente está vendendo o que você não vende.

O que mais interessa a um empreendedor é o tamanho de seu mercado consumidor e a estabilidade da economia. Em momentos de crise, o governo deve gastar mais e se endividar para não deixar a economia entrar em uma espiral de redução do PIB e aumento do desemprego, como muito bem demonstrado por Hyman Minsky na década de 80 e aplicado nas crises de 2008 e na atual. Além disso, quanto maior a renda per capita de seus clientes, maior o volume de consumo e, portanto, de faturamento das empresas. É por essa razão que ter uma empresa nos EUA, me média, dá mais dinheiro do que ter a mesma empresa no Brasil. Não é porque a carga tributária lá é menor ou porque eles perseguem comunistas há um século.

O projeto econômico liberal, hoje liderado por Paulo Guedes, favorece a concentração do mercado de quem já detém o poder econômico. E, pior do que isso, favorece não o empreendedor, mas o oligopolista e o especulador dos mercados financeiros e imobiliários. Não caia nessa armadilha e termine sendo devorado pelos barões.

Por essas e outras razões, os pequenos e médios empresários deveriam abraçar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, que amplia a renda per capita, aumenta o volume de vendas, torna a economia mais estável por ser menos dependente de commodities, e, por isso, eleva o volume de vendas e o patrimônio dos empreendedores.

Não deixamos claro como Guedes e o Banco Central fizeram os aluguéis dispararem na pandemia

O IGP-M, índice usado no reajuste de aluguéis pelo país, disparou nos últimos doze meses. Os economistas carimbados dos maiores veículos de mídia justificam essa alta dos aluguéis à alta do dólar, ainda que os aluguéis tenham disparado enquanto o dólar segue em alta constante há muitos mais meses.

O motivo dos preços dos aluguéis subirem é a maior procura por investimentos no setor imobiliário, mais estável do que o setor produtivo, devido a redução da demanda na economia proveniente da queda da renda nacional por conta da crise. Enquanto o governo federal ampliou gastos e reduziu a taxa básica de juros no último ano (aumentando a quantidade de dinheiro disponível para circulação na economia), o mercado concentrou a maior parte de seus financiamentos bancários no setor imobiliário e financeiro, levando a alta da Bolsa e dos aluguéis em plena queda da atividade econômica no país.

Com mais dinheiro disponível para ser distribuído pelos bancos e postos em circulação pelos gastos públicos, enquanto não há crescimento econômico real na economia, os grandes agentes econômicos dirigiram seus patrimônios para setores desvinculados da produção gerando anomalias como Bolsa em alta histórica e aluguéis disparando em plena recessão.

Todo esse gasto do governo federal que foi parar nas mãos dos especuladores do mercado financeiro e prejudicou o trabalhador que perderá uma parte maior de sua renda hoje com aluguel e de sua renda futura com os impostos que serão usados para bancar a ação do BC, que só concentrou ainda mais a riqueza no Brasil, poderia ter sido usado de forma diferente. Como por exemplo, substituindo a farra do BC com os bancos comerciais por distribuição de cartões de débito com saldo a serem gastos diretamente pela população no comércio, como proposto pelo engenheiro e ativista Eduardo Moreira, ou ainda, que essa ampliação na base monetária fosse realizada para financiar, via taxa equivalente a Selic, pequenos e médios empresários que foram prejudicados na pandemia, plano que foi proposto por Guedes mas ninguém viu o dinheiro chegar em empresa quase nenhuma, pois ficou lá retido nos bancos exigindo garantias absurdas e fantasiosas.

***Bruno Machado é engenheiro.**